

TRF-4 reverte ordem de Moro e revoga preventiva de Ronan Pinto

O empresário Ronan Maria Pinto, preso preventivamente na operação “lava jato”, conseguiu, nesta quarta-feira (6/7), substituição da pena preventiva por recolhimento domiciliar. Ou seja, ele deverá permanecer em casa à noite e aos finais de semana.

Em rara reversão de uma decisão do juiz federal Sergio Moro, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (PR, SC e RS) decidiu, de forma unânime, libertar Ronan após o pagamento de fiança de R\$ 1 milhão. Os desembargadores também proibiram que ele se encontre com outros investigados na “lava jato”.

O advogado do empresário, **Fernando José da Costa**, afirmou à **ConJur** que o relator do caso, o desembargador federal João Pedro Gebran Neto, mudou seu voto após ouvir a sustentação oral da defesa.

Na sua fala, Costa argumentou que o empréstimo que teria ajudado Ronan a comprar o jornal *Diário do Grande ABC* é apontado como tendo sido feito em 2004. Portanto, não faria sentido a prisão preventiva, uma vez que o empresário não teria como prejudicar as investigações.

Além disso, o advogado destacou que o próprio [Código de Processo de Penal](#) estabelece que as prisões provisórias só devem ser aplicadas caso outras medidas cautelares não forem suficientes para garantir o regular desenvolvimento do inquérito e da ação.

Gebran Neto foi seguido pelos desembargadores Victor Luiz dos Santos Laus e Leandro Paulsen. Este magistrado propôs o isolamento de Ronan e o valor da fiança, que foram acatados por seus companheiros de turma.

Conforme informou Fernando José da Costa, a fiança foi paga na tarde desta quarta, e o dono do *Diário do Grande ABC* deve ser libertado nessa quinta (7/7).

Três meses

Ronan Maria Pinto [foi preso](#) preventivamente em 1º de abril, na 27ª fase da “lava jato”. Segundo a força-tarefa da operação, o empresário recebeu R\$ 5,7 milhões de um empréstimo fraudulento que o ruralista José Carlos Bumlai obteve em 2004 junto ao Banco Schahin. Segundo ele, o empréstimo tinha por finalidade a quitação de dívidas do PT e foi pago por intermédio da contratação fraudulenta da Schahin como operadora do navio-sonda Vitória 10.000, pela Petrobras, em 2009, ao custo de US\$ 1,6 bilhão.

Ronan negou essa tese, relatada à Justiça pelo operador do mensalão, o publicitário Marcos Valério. De acordo com ele, o dinheiro se deve a um empréstimo de R\$ 6 milhões que ele tomou junto à companhia Via Investe. Parte desse montante teria sido restituído a essa empresa em parcelas de até R\$ 319 mil em espécie, informou o investigado.

Date Created

06/07/2016